

AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE E EDIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE TRINDADE

SOUZA, Thaynara da Silva¹; COSTA, Isadora Magalhães²; CARVALHO, Alexandre Freitas de³

¹ Estudante de Iniciação Científica – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Trindade - GO. thay.silva7616@gmail.com; ² Estudante de Iniciação Científica – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Trindade - GO; ³ Orientador – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Câmpus Trindade.

RESUMO: Existem diversas evidências na história que mostram que as instituições educacionais públicas não foram sistematizadas para atender as diferentes especificidades, fato este que levou a exclusão dos escolares tanto nas questões sociais quanto educacionais. Em contra partida a Organização das Nações Unidas-ONU, a Declaração de Salamanca, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs e o Ministério da Educação e Cultura-MEC fomentam ações educacionais inclusivas de orientação para que seja assegurado o direito a educação a todos os alunos, independente de seus limites e possibilidades. Contudo, constata-se que, ainda existem instituições de ensino que deixam a desejar em relação às condições de acessibilidade. Esta pesquisa será realizada nas escolas públicas de ensino médio da cidade de Trindade-GO, e este estudo terá como objetivo analisar as condições de acessibilidade e edificação das instituições de ensino médio de Trindade através de um estudo de caso. Espera-se ao final desta pesquisa que possamos entender as condições de acessibilidade e edificação destas instituições e as ações propostas pelos gestores educacionais.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiência; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas-ONU, a Declaração de Salamanca, a Constituição Federal Brasileira-CFB, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, os Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs possuem ações que asseguram o direito à educação para todos os alunos inclusive os alunos com deficiências (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 2000, ONU, 2006, UNESCO, 1994). Estas ações visam eliminar qualquer tipo de discriminação. Neste sentido além da necessidade de mudanças conceituais e atitudinais é preciso que os espaços escolares sejam adequados (adaptados) através da eliminação de barreiras visando uma estruturação física tornando o ambiente acessível. Para Amiralian; Galvam (2009) deve-se garantir aos alunos com deficiência o desenvolvimento da autonomia. Pensando também no desenvolvimento destes alunos Sialy et al. (2011) afirma que deve estimular também a independência destes alunos em relação ao movimento e deslocamento.

Esta pesquisa é considerada relevante por analisar as reais condições de acessibilidade e edificação das instituições públicas de ensino médio da cidade de Trindade-GO, e quais as ações estão sendo feitas para minimizar os possíveis problemas que possam surgir em relação

de acessibilidade dos alunos com deficiências. Este estudo abrangerá quatro instituições públicas de ensino médio, sendo três instituições públicas estaduais e uma instituição federal. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é analisar as condições de acessibilidade e edificação das instituições públicas de ensino médio da cidade de Trindade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caso, com uma pesquisa qualitativa que será realizada no segundo semestre de 2015, onde serão analisadas as condições de acessibilidade, de edificação e as ações de melhorias propostas pelos gestores. Em cada uma das instituições serão realizadas visitas técnicas para observar os espaços físicos das mesmas, e se, enquadram dentro das Normas Brasileiras de Regulamentação-NBR 9050/2004. Este estudo será descritivo através da análise das condições de acessibilidade e edificação onde será utilizado o instrumento questionário, do tipo misto com perguntas abertas e fechadas (THOMAS; NELSON, 2002). Além disso, também será aplicado um questionário misto aos gestores para saber quais são as ações de acessibilidade e edificação propostas por cada instituição.

DISCUSSÃO

A inclusão dos alunos com deficiência nas instituições de ensino é uma realidade que já está sendo colocada em prática. E isso ocorreu devido o respaldo nos documentos oficiais da ONU, UNESCO, CFB, LDBEN, PCNs dentre outros. Porém, para que ocorra uma inclusão integral é preciso que todas as instituições de ensino implementem ações de acessibilidade. Ou seja, não é possível evidenciar a inclusão sem que haja a acessibilidade.

A acessibilidade pode ser definida como uma possibilidade de utilização com segurança e autonomia das edificações em ambientes de instituições públicas, ou privadas levando em consideração o espaço físico, materiais e equipamentos (BRASIL, 2004).

Pesquisas como esta são relevantes, pois seus resultados podem direcionar as ações dos gestores educacionais no que se refere às boas condições de trabalho docente e acessibilidades e deslocamento dos alunos com deficiências a qualquer ambiente, material ou equipamento da instituição de forma autônoma sem que seja necessária a ajudar de outras pessoas.

Neste sentido, conhecer as dificuldades ou barreiras de acessibilidade e procurar minimizá-la ou erradicá-la fará com que os alunos com deficiências se sintam incluídos não só no espaço escolar, mas que possam também utilizar os materiais, equipamentos e espaço físico da instituição de forma autônoma e independente sem esforço ou dificuldade. Estas ações podem potencializar a inclusão social, as interações sociais e a oportunidade de uma melhor vivência das atividades escolares diárias. Podendo também desencadear ações positivas em relação a autoestima durante toda vida.

CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, a partir dos resultados do presente estudo, conclui-se que este estudo sobre a análise da acessibilidade e a edificação das instituições de ensino médio poderá trazer contribuições para os alunos com deficiência, tanto em relação as questões voltadas ao espaço físico (tipo de piso, inclinação das rampas, adaptação dos banheiros, das salas de aula, barras de corrimão, mobília, materiais e equipamentos) quanto para as questões voltadas ao desenvolvimento da autonomia e independência. Este estudo poderá trazer resultados positivos em relação ao desenvolvimento da autonomia e independência, além de dar subsídios aos gestores educacionais para tornar todos os ambientes escolares acessíveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao IFGoiano – Câmpus Trindade e aos colaboradores deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Norma Técnica Brasileira NBR9050. **Acessibilidade e a edificação do mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2 edição, 2004. AMIRALIAN, M. L.; GALVAN, G. B. **Diferentes possibilidades de intervenção a partir da teoria winnicottiana do amadurecimento**. 2009;127-52. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/htm>. Acesso em: 08 ago. 2009.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pdf/ldb>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física**. Ensino médio. MEC/SEF, Brasília, 2000a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida. MEC/SEF, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2015

SIAULYS, M. O.; et. al. Organizadoras. **A deficiência visual associada à deficiência múltipla e o atendimento educacional especializado**: encarando desafios e construindo possibilidades. São Paulo, Associação Brasileira de Deficiência Visual; 2011.

THOMAS, J.; NELSON, J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

UNESCO. **The Salamanca statement and framework for action on special needs education**. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em <<http://www.unesco.org/education/pdf/salamanca/pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2015.